



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA N.º.22/2003 REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2003

Aos vinte seis dias do mês de Novembro do ano de dois mil e três, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Artur João Rebola Pombeiro e vereadores eleitos pela CDU Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão, sob a Presidência do Sr. Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Não esteve presente o vereador Humberto Luís Russo Ratado.-----
Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro-----

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia vinte cinco de Novembro de 2003, que acusa um total de disponibilidades de **248.302.55 € (duzentos e quarenta e oito mil trezentos e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos)**.-----

----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA--

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião e perguntou ao restante executivo se tinha algum assunto para apresentar neste período de antes da Ordem do Dia.-----

Usou da palavra o vereador Artur Pombeiro dando conhecimento ao restante executivo sobre a seguinte questão: Referiu que tem ouvido algumas palavras, por parte do Senhor António José Mira Belém, que lhe parecem de intimidação ou amedrontamento, como por exemplo: “havemos de nos encontrar”. Informou que este Senhor tem desobedecido a todas as

notificações da Câmara, quer no que respeita a obras que fez, sem estarem licenciadas, na casa de Serviços de Bebidas denominada “A Muralha”, sita na Zona da Praça, quer no que respeita ao encerramento desta casa. Pretende agora abrir outra casa de Serviços de Bebidas, “Bar D. Vito” situada na Rua de S. Francisco. Quanto a esta última, o processo está concluído e em condições de poder ser licenciado, contudo, aguarda-se por um parecer jurídico, para saber se se pode emitir a licença, ou se existe alguma influência na passagem de uma casa para a outra uma vez que se trata da mesma pessoa.-----

Para além disto deu entrada na Câmara um abaixo-assinado de moradores da Rua de S. Francisco, protestando contra a eventual abertura do “Bar D. Vito”, lembrando os distúrbios provocados quando esteve aberto, tendo os mesmos levado ao seu encerramento.-----

Ainda em relação ao Bar D. Vito, o vereador Artur Pombeiro solicitou o apoio do vereador Joaquim Serra, uma vez que lhe disseram que esteve no local, gostaria que lhe adiantasse mais algum esclarecimento.-----

Interveio o vereador Joaquim Serra referindo que o abaixo-assinado deveria, no mínimo, ter sido presente numa reunião de Câmara. O vereador Artur Pombeiro informou que o abaixo-assinado deu entrada na Câmara dia 13/11/03, e a última reunião de Câmara realizou-se a 12/11/03, daí ainda não ter sido dado conhecimento do mesmo.-----

O vereador Joaquim Serra informou que quanto ao facto de terem dito ao vereador Artur que ele tinha estado no local (Bar D. Vito) de facto, um dia quando se deslocava para ir ao café “Luna Parque”, foi abordado por dois senhores, o Senhor Mira Belém e outro, que lhe disseram terem feito um pedido de ligação de água já há algum tempo e a Câmara ainda não tinha satisfeito o pedido. Pediram-lhe então apoio, no sentido de lhe explicar como esta questão se tratava, uma vez já ter passado por a resolução destas questões. Foi então que lhe explicou como se tratavam estas questões, e lhe disse que se tivessem alguma dúvida que contactassem o vereador Artur Pombeiro, pois é ele que trata estes assuntos. O vereador Joaquim Serra acrescentou que, na Festa da Vinha e do Vinho, voltou a ser abordado pelo o mesmo senhor (Mira Belém) que lhe disse, que o processo estava tratado em termos técnicos, que já tinha falado com a Arq^a, mas considerava que havia má vontade em lhe resolverem o problema. Quanto a isto, o vereador Serra informou que, apenas lhe disse que iria realizar-se uma reunião de Câmara brevemente e o melhor seria o Senhor apresentar-se nessa reunião e apresentar o assunto para melhor esclarecimento.-----

Entretanto, quanto às obras da “Muralha”, o vereador Joaquim Serra referiu ter ficado surpreendido pois não tinha conhecimento da questão. Contudo, entende que, se houve autos de contra-ordenação para o encerramento do estabelecimento, o mesmo não deveria ter sido aberto, devendo, para isso, a Câmara ter tomado uma posição de força. Considera que este processo não

se deve juntar ao outro, pois trata-se de processos diferentes. No que concerne à questão do Bar D. Vito informou que no mandato anterior sempre se debateram para que o mesmo encerrasse, porque havia autos da GNR, eram provocados distúrbios, má vizinhança, etc. A Câmara, na altura, foi reduzindo os horários de funcionamento de tal modo que tornou a inviabilidade económica daquele estabelecimento e a casa fechou.-----

O vereador referiu ainda que tinha sido uma boa altura para a Câmara, quando alguém retomasse aquele processo avaliasse a localização do estabelecimento e, face àquela localização, não se deveria ter deixado avançar com o projecto técnico, ou seja, deveria ter sido inviabilizado. Agora, o facto do processo técnico ter continuado retira alguma força à Câmara e dá algumas garantias que possivelmente não serão as melhores. Considera ainda que este processo deveria ter sido acautelado no princípio e não no fim, pois há despesas que foram feitas, para se conseguir o alvará, que com uma decisão mais atempada no início, em sentido contrário, poderiam ter sido evitadas. Entretanto o Senhor Presidente questionou sobre a entrada do processo de licenciamento que depois de se ter averiguado, verificou-se ter dado entrada na Câmara em 23/10/03 e o abaixo-assinado deu entrada em 13/11/03. De referir que o vereador Artur encaminhou o processo para a consultora jurídica da Câmara.-----

O vereador Joaquim Serra considera que a questão deve ser tratada com base na legislação e deverão ser ponderados os antecedentes.-----

Por se tratar de uma reunião pública que, segundo o n.º.1 do art.º.15º do Regimento da Câmara Municipal em vigor, são as segundas reuniões de cada mês, esteve público presente e houve direito a **Período de intervenção do Público (art.º. 9º do Regimento)** – Neste período o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Mira Belém, que é requerente do processo que está a ser discutido. Tomou então a palavra e referiu que entregou todos os documentos referentes ao processo do “Bar D. Vito” nos Serviços Técnicos da Câmara que a técnica lhe disse que estava tudo em condições e que seriam entregues ao senhor vereador para decidir. Agora causa-lhe admiração o facto do Sr. vereador não assinar o pedido de licenciamento, talvez, por causa de ter recebido o abaixo-assinado. Já realizou despesas, e o que essencialmente gostaria de saber é se poderia abrir o Bar e em que condições. Caso não possa, que lhe esclareçam porquê e em que se baseiam para tal.-----

Seguidamente o Sr. Presidente deu a palavra ao vereador Artur Pombeiro que referiu não acrescentar mais nada em relação àquilo que disse. Aguarda apenas o parecer da jurista, para poder tomar uma decisão.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra referindo que também não acrescenta nada em relação àquilo que disse, considera apenas que estes processos devem ser resolvidos rapidamente e, em relação a este, deve ser dada prioridade à sua resolução.-----

-----PONTO 2. ORDEM DO DIA -----

A Ordem do Dia foi a seguinte:-----

Ponto 2.1 – Aprovação das Actas nº.20/2003 e 21/2003.-----

Ponto 2.2 – Requerimentos-----

Ponto 2.3 – Ratificação de Protocolo de Acordo para a Execução do Programa Melhor Acolhimento ao Visitante 2003/2004 entre a Região de Turismo de Évora e a Câmara Municipal de Borba.-----

Ponto 2.4 – Imposto Municipal sobre Imóveis – fixação das taxas a aplicar no ano de 2004.-----

Ponto 2.5 – Empreitada de “Recuperação do Palacete dos Melos – recuperação da estrutura e cobertura” – Rescisão de Contrato.-----

Ponto 2.6 – Proposta de Protocolo de apoio à aquisição de um aparelho TAC destinado a equipar o Hospital de Santa Luzia.-----

Ponto 2.7 – Actividades da Câmara.-----

PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DAS ACTAS N.ºS 20/2003 e 21/2003-----

Previamente distribuídas por todo e executivo, as actas nºs. 20/2003 e 21/2003 foram aprovadas da seguinte forma:-----

Acta nº.20/2003 – Aprovada por maioria, com três votos a favor e a abstenção do vereador Artur Pombeiro por não ter participado na reunião, devendo transcrever-se na mesma o parecer jurídico respeitante ao Ponto 2.2 – Operação de Loteamento Urbano do Bairro Popular 1º de Maio.-----

Acta nº.21/2003 – Aprovada por maioria, com três votos a favor e a abstenção do vereador Vicente Ermitão por não ter participado na reunião.-

PONTO 2.2 – REQUERIMENTOS-----

Relativamente ao requerimento apresentado, por proposta do Vereador Artur Pombeiro, a Câmara Municipal tomou a seguinte deliberação:-----

a) Processo RECRIA -----

Processo: **03/2003** -----

Requerente: **Dionísia Cristina Avó Cabacinho dos Reis de Mendonça** ---

Morada: Rua Padre Vieira, nº.31 – 1º Esqº. – Póvoa de Stº Adrião-----

Local: Rua Montes Claros, 80 - Borba-----

Valor Global das obras – **6.510,00 €**-----

Comparticipação do IGAPHE – 2.916,48 € -----

Comparticipação da CMB – 729,12 €-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a participação a suportar pela Câmara Municipal de Borba.-----

Relativamente aos requerimentos apresentados, por proposta do Senhor Presidente, a Câmara Municipal tomou as seguintes deliberações:-----

b) Levantamento de ónus de inalienabilidade-----

Requerimento de **Joaquim Cipriano Canhoto Mendes**, residente na Zona Industrial Lote n.º.8 – Borba, adquirente do lote de terreno número 52, sito na Zona Industrial da Cruz de Cristo, freguesia de Matriz, inscrito na respectiva matriz sob o artigo 2474, descrito na Conservatória do Registo Predial de Borba sob o número 01691/040299, o qual lhe foi vendido pela Câmara Municipal de Borba em 30 de Março de 1999, em ónus de inalienabilidade, requerendo autorização para hipotecar o referido lote, junto do Banco Totta & Açores, como garantia de empréstimo a contrair e o reconhecimento de subsistência da hipoteca mesmo em caso de reversão.-
Analisado o requerimento, e de acordo com a informação anexa, foi deliberado, por unanimidade, autorizar o levantamento do ónus de inalienabilidade tendo em vista a hipoteca pretendida, não se opondo a Câmara Municipal à venda do imóvel em caso de eventual execução judicial para recuperação do crédito concedido pela respectiva entidade bancária, pelo que deverá ser emitida certidão comprovativa.-----

Requerimento de **Ivone da Conceição Balseiro Espiguinha, em representação da firma AGNIPAPEL – Comércio de Materiais de Escritório, Ld.ª.**, com sede em Bairro do Pião, 48 Nora – Borba, adquirente do lote de terreno número 80, sito na Zona Industrial da Cruz de Cristo, freguesia de Matriz, inscrito na respectiva matriz sob o artigo 2482, descrito na Conservatória do Registo Predial de Borba sob o número 01707/040299, o qual lhe foi vendido pela Câmara Municipal de Borba em 27 de Setembro de 2002, em ónus de inalienabilidade, requerendo autorização para hipotecar o referido lote, junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, como garantia de empréstimo a contrair e o reconhecimento de subsistência da hipoteca mesmo em caso de reversão.---
Analisado o requerimento, e de acordo com a informação anexa, foi deliberado, por unanimidade, autorizar o levantamento do ónus de inalienabilidade tendo em vista a hipoteca pretendida, não se opondo a Câmara Municipal à venda do imóvel em caso de eventual execução

judicial para recuperação do crédito concedido pela respectiva entidade bancária, pelo que deverá ser emitida certidão comprovativa.-----

PONTO 2.3 – RATIFICAÇÃO DE PROTOCOLO DE ACORDO PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA MELHOR ACOLHIMENTO AO VISITANTE 2003/2004 ENTRE A REGIÃO DE TURISMO E A CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA-----

Previamente distribuído por todo o executivo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Protocolo de Acordo para a Execução do Programa “Melhor Acolhimento ao Visitante 2003/2004” celebrado entre a Região de Turismo e a Câmara Municipal de Borba, que ficará anexo a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

Relativamente ao Protocolo acima referido, o Senhor Presidente informou que o mesmo se prende com a instalação de dois técnicos que se encontram nas duas principais Igrejas de Borba, e vem na sequência de acções de formação promovidas pela Região de Turismo de Évora.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra referindo que, no seu entendimento, este protocolo não deveria ter sido assinado só entre as duas entidades (Câmara e RTE), ou seja, há uma terceira entidade “o proprietário das Igrejas” que também deveria participar na celebração do mesmo. Entende que, no mínimo, deveria haver uma aceitação da prestação deste serviço por parte das Igrejas e, que, na sua opinião deveria constar como anexo a este protocolo.-----

PONTO 2.4 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – Fixação das Taxas a aplicar no ano de 2004-----

Após apresentação da proposta pelo Sr. Presidente, os Vereadores eleitos pela CDU, através do Vereador Joaquim Serra, solicitaram ao Sr. Presidente que lhes facultasse a estimativa de cobrança enviada pela DGCI aos municípios, para estarem mais documentados com os valores propostos uma vez que lhes parece ser demasiado gravoso para os munícipes as taxas propostas face à actualização da base de incidência.-----

Não tendo sido possível consultar a simulação em causa, por a Câmara não a ter recebido, foi proposto pelo Vereador Joaquim Serra em nome dos eleitos da CDU que este ponto fosse retirado e discutido numa próxima reunião, já com novos elementos. Esta proposta foi aceite por unanimidade.-----

PONTO 2.5 – EMPREITADA DE “RECUPERAÇÃO DO PALACETE DOS MELOS – Recuperação da Estrutura e Cobertura” – Rescisão de Contrato-----

Na reunião de Câmara de 29 de Outubro de 2003, foi deliberado, por unanimidade: a) a intenção de rescindir o contrato, com a empresa EDICON, notificando disso o empreiteiro e fixando-lhe um prazo de 10 dias para, querendo, se pronunciar.-----

b) Findo o prazo para audiência prévia, deverá então ser tomada a deliberação em definitivo.-----

Regularmente notificada, por ofício registado com aviso de recepção, a EDICON nada disse.-----

Assim, atento o disposto nos artigos 192º e 235º do RJEOP, a **Câmara Municipal deliberou, por unanimidade**, rescindir o contrato da empreitada de “Recuperação do Palacete dos Melos – Recuperação da Estrutura e Cobertura”, celebrado com a EDICON em 12 de Outubro de 1999.-----

Neste ponto da ordem de trabalhos o Vereador Joaquim Serra, recomendou ao Sr. Presidente que fizesse um levantamento dos estaleiros das obras cujos contratos foram rescindidos bem como de possíveis prejuízos causados com esta rescisão para que a Jurista possa, ou não, solicitar indemnizações para a Câmara, por incumprimento contratual por parte da empresa.-----

PONTO 2.6 – PROPOSTA DE PROTOCOLO DE APOIO À AQUISIÇÃO DE UM APARELHO “TAC” DESTINADO A EQUIPAR O HOSPITAL DE SANTA LUZIA-----

Previamente distribuída por todo o executivo, propõe-se a aprovação da proposta de Protocolo de apoio à aquisição de um Aparelho “TAC” destinado a equipar o Hospital de Santa Luzia, a celebrar com a Liga dos Amigos do Hospital de Elvas.-----

Depois de analisar a proposta o vereador Joaquim Serra chamou a atenção para o facto de na nota justificativa a ordem dos outorgantes não estar correcta, ou seja: o 11º outorgante deve estar trocado com o 12º outorgante, pois não faz sentido o que refere a cláusula 4ª, ponto 1 que diz o seguinte: o aparelho TAC Multicorte será entregue, de forma gratuita, pela “Liga dos Amigos do Hospital de Elvas” ao “Hospital de Santa Luzia de Elvas”. Ora se a cláusula 2ª, ponto 5, refere que o 10º e 11º Outorgantes, neste caso a

Delta e o Hospital de Santa Luzia de Elvas, suportam o remanescente do preço, não é possível o aparelho ser entregue gratuitamente ao Hospital. Entende que é preciso ver se o Hospital paga ou não, porque se pagar não se pode dizer no Protocolo que o aparelho lhe é entregue gratuitamente. O vereador referiu que não se opõe à aprovação desta proposta, mas esta questão deveria ser clarificada. O Senhor Presidente referiu que vai ver esta questão com a Câmara Municipal de Elvas. Informou ainda que existe a dúvida se a Câmara Municipal de Vila Viçosa vai participar na assinatura deste protocolo. Contudo, se não participar, a Câmara Municipal de Elvas assume essa despesa para não haver uma alteração nas verbas.-----
Depois de analisada a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Protocolo de Apoio a celebrar com a Liga dos Amigos do Hospital de Santa Luzia de Elvas, para aquisição de um aparelho TAC”.-----
Depois de assinado ficará cópia do mesmo anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

PONTO 2.7 – ACTIVIDADES DA CÂMARA-----

Neste ponto da ordem de trabalhos o Sr. Presidente começou por apresentar algumas facturas, de anos anteriores, referentes a pagamentos não efectuados, pedindo ao vereador Joaquim Serra que as analisasse para ver se sabe do que se trata. Este, depois de as analisar, verificou tratar-se de assuntos respeitantes a mandatos anteriores àqueles em que esteve eleito.---

O Senhor Presidente informou que, para além das actividades normais de funcionamento e gestão, participou:-----

- ✓ Colóquios integrados na 12ª Edição da Festa da Vinha e do Vinho;-----
- ✓ Reunião com o PIC para analisar a questão da etnia cigana – ver as hipóteses de transferência do local onde se encontram instalados, e em termos de apoio o que se pode fazer. Informou que na próxima sexta-feira deslocar-se-á à Câmara Municipal de Monforte com pessoal do PIC para ver o que foi feito para a etnia cigana que, segundo se consta foram eles próprios que construíram a sua habitação. Em Borba, o local onde estão instalados começa a ser complicado e a Câmara vai ter que encontrar uma solução para poder resolver este caso. Contudo, em termos de terrenos disponíveis, as hipóteses são poucas, ou seja, o único terreno que a Câmara tem é o que se localiza por detrás do terreno do Sr. Sampaio (Fonte Figueira). O Sr. Presidente informou ainda que já pediu orçamentos de casas em chapa, e, tal como em Monforte, embora sendo em chapa seriam eles próprios a construí-las. É esta a opinião dos técnicos, ou seja, que eles próprios se devem envolver desde o princípio construindo a sua própria habitação.-----

- ✓ Encontro com os Agentes da Comunidade “Ano Europeu das Pessoas com Deficiência” - Sessão de Encerramento. O Sr. Presidente informou que se fez representar pelo vereador Humberto Ratado, por ter estado doente.-----
- ✓ Reunião com o Senhor António Seguro, para ver a possibilidade de venda de terreno à Câmara – terreno contíguo a um da Câmara (Pedreira do Rossio). O Presidente informou que pediu para lhe apresentarem uma proposta de venda do terreno e que lhe falaram em cerca de 175.000 contos, valor este, que considerou um exagero e nem sequer lhe apresentou nenhuma contraproposta. Informou ainda que o objectivo deste terreno seria aproveitar a parte interior do mesmo para instalação da população de etnia cigana, mas com este valor terá que pensar noutra solução, tendo em conta que no local onde estão não podem continuar.-----
- ✓ Reunião com a Direcção do Hospital de Elvas para apresentação do aparelho de TAC Multicorte.-----
- ✓ Reunião com o Conselho Ginegético.-----
- ✓ Reunião com o STAL – apresentaram as reivindicações normais e anuais, nomeadamente a questão das tolerâncias de ponto para o próximo ano, entre outras.-----

O Vereador Artur Pombeiro informou o restante executivo das actividades relativas aos seus pelouros:-----

- ✓ Loteamento do Forno-Orada – Continuação das infraestruturas.-----
- ✓ Loteamento da Nave-Nora – colocação de tout-venant para aplicação do betuminoso.-----
- ✓ Continuam os trabalhos no Loteamento da Horta do Rossio (Borprojecto).-----
- ✓ Caminhos de acesso à UNOR 2.-----
- ✓ Recuperação de alguns estragos provocados pelas cheias, nomeadamente uma abatimento na EN255. A Câmara teve que actuar nesta recuperação, tendo em conta que o Instituto de Estradas de Portugal não tinha pessoal disponível.-----
- ✓ Iniciou-se a ornamentação das ruas para a época Natalícia.-----

O vereador Vicente Ermitão colocou as seguintes questões:-----

- ✓ Qual o ponto da situação da electricidade do loteamento do Forno – Orada. Informou que as pessoas cada vez estão mais preocupadas, com esta situação, porque a luz dispara com muita frequência e têm que andar constantemente a fazer a ligação. Sobre a questão o vereador Artur Pombeiro informou que tem falado com algumas pessoas e já lhes explicou o que se está a passar, ou seja, ainda se está a proceder ao

enchimento do local onde o PT vai ser instalado. Disse também que o Eng.º Barnabé Ramalho está a tratar do assunto e, logo que possível, o PT será instalado ficando esta questão resolvida, embora não tenha nenhum prazo previsto.-----

- ✓ Caminhos rurais que foi ver com o vereador Artur – perguntou ao referido vereador quando pensa fazer alguma intervenção nestes caminhos, tendo em conta que cada vez estão mais degradados. O vereador Vicente Ermitão sugeriu que caso o vereador não pense intervir, de imediato, poderia dar algum apoio fornecendo umas carradas de tout-venant, que poderiam ser descarregadas no parque dos camiões, ou noutra estaleiro da Orada, e poderia autorizar que os buracos mais fundos fossem tapados. O vereador Artur Pombeiro concordou com o pedido e disse ao vereador Vicente Ermitão que vai dar ordem para que sejam despejadas umas carradas de tout-venant no local que indicou.-----
- ✓ Campo de Futebol da Orada – o vereador Vicente Ermitão fez uma chamada de atenção tendo em conta a péssima imagem que o campo de futebol apresenta, pedindo que se proceda a uma limpeza do mesmo. O vereador Artur Pombeiro frisou que também já tinha reparado na má imagem do campo de futebol. Referiu que embora seja uma competência da Junta de Freguesia, sabe que este órgão não tem mão-de-obra suficiente para poder intervir, por isso, vai ver esta questão com o Presidente da Junta. Contudo, na sua opinião, seria melhor fazer esta intervenção no final do inverno, para evitar que se tenham que fazer duas intervenções: uma agora e outra logo a seguir. Foi então sugerido pelo Senhor Presidente que, pelo menos, se proceda a uma limpeza à volta dos contentores tentando minimizar um pouco aquela imagem.-----

O Senhor Presidente informou o restante executivo que estão presentes os projectos do “Palacete dos Melos” e do “Mercado Municipal”, tendo-os colocado à disposição de todos para consulta.-----

Antes de dar a reunião por encerrada, o Senhor Presidente procedeu à leitura da minuta da acta que, foi aprovada por unanimidade e, ficará anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

ENCERRAMENTO

Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, composta por dez páginas que vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista que a redigi.-----